

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

CEDI - P. I. B.
DATA 23/08/94
11AD44/159

Fonte: DOC

Class.:

Data: 22/08/94

Pg.: 12610-11 seção 1

PARECER Nº 108/DID/DAF, DE 30 DE JULHO DE 1994

Proc. FUNAI/BSB/1563/94. Denominação: Área Indígena RIO APAPÓRIS. Grupos Indígenas: Yuhup (Maku), Tukano, Desana, Tuyuka, Yepã Mahsa. Localização: Município de Japurá, Estado do Amazonas. Relatora: Isa Maria Pacheco Rogedo.

1. ECOSISTEMA E ADAPTAÇÃO ECOLÓGICA

Zona de transição entre rios de águas pretas, característico da bacia de drenagem do Rio Negro, e rios de águas brancas ou barrentas. O Rio Japurá e o Apaporis são deste último tipo. Vários tributários são de água preta, principalmente aqueles que têm suas cabeceiras no interflúvio Rio Negro-Japurá, como o Traira.

Região de planícies cobertas por florestas equatoriais. Nas direções sul/sudoeste desaparecem as elevações rochosas características da região banhada pelo Rio Negro. As duas regiões guardam afinidades tais como: a temperatura média anual de 28°C e pluviosidade média de 3.500mm anuais. Há também matas de igapó, matas de terra firme e caatingas (campinaranas). Em ambas as regiões a distribuição dos recursos naturais varia em função desses três ecotipos. A população indígena do Rio Apaporis explora extensas faixas do território para assegurar sua sobrevivência.

Esse caráter de transição ecológica se faz sentir nos aspectos demográficos da área. A jusante do rio Japurá verifica-se um vazio demográfico só interrompido com a Área Indígena Paranã Boa-Boá, cerca de 350 km rio abaixo. Nesse sentido, a área do Apaporis constitui o término ocidental de uma província etnográfica que inclui o Alto e Médio Rio Negro.

2. POPULAÇÃO

Aproximadamente 141 habitantes, com uma população flutuante oriunda de Pari-Cachoeira, em constante trânsito pela região, elevando o número estimado de habitantes para 300 indivíduos.

3. ANTECEDENTES

A teoria de Nimuendajú sobre as três vagas populacionais que ocuparam sucessivamente o Noroeste da Amazônia é particularmente aceitável para a região do Japurá. As informações contidas no Mapa Etno-Histórico de Nimuendajú (1944) mostram a existência de várias etnias, distribuídas de modo semelhante ao que se passa no Rio Negro: de um lado os Maku, habitando áreas de interflúvio; de outro lado uma população étnica diferenciada, distribuída ao longo das margens do Rio Negro e afluentes principais. Mas ao contrário do que se passa no Rio Negro a população indígena ribeirinha é bastante heteroclita, envolvendo à montante e à jusante grupos díspares como os Miranha e os Yuri (língua isolada); os Passês (Aruak); os Kuretu e outros sub-grupos Tukano na foz do Apaporis; os Koreuna (Witoto); os Yumana e os Kayusana (Aruak); além de uma série de grupos de fala desconhecida e de esparsas referências etnográficas. Há ainda os Mura de fala Homônima, e, próximo à foz, os Miranha e Passês. A heterogeneidade da ocupação encontra raízes nos choques expansionistas autóctones e nas vagas de invasores brancos.

A descoberta do rio Japurá data do século XVI, conquanto sua conquista só se realizaria no século seguinte com a chegada de exploradores portugueses vindos do rio Solimões. Nesta época o rio Japurá era percorrido por expedições de resgate. O século XVIII trouxe as atividades missionárias no rio Negro, disciplinando as expedições de resgate. No Japurá essas expedições foram esporádicas.

A facilidade de navegação e a falta de missionários no vale do Japurá são causas prováveis de uma depopulação indígena relativamente acelerada. No começo do século XIX subsistiam ao longo do Japurá brasileiro apenas os sub-grupos Tukano do Apaporis, os Yumana e os Kayusana em seu médio curso e os Maku nas florestas interfluviais da margem esquerda, além de alguns grupos Miranha. A depopulação se acentuou a partir da metade do século, quando ondas sucessivas de seringueiros se espalharam pelo vale daquele rio em busca de borracha.

Os Maku e alguns sub-grupos Tukano foram os únicos a sobreviverem à violência e às epidemias trazidas pelo ciclo da borracha, dado que mantinham-se afastados das margens do Japurá. No início do século XX, com o declínio do ciclo da borracha as margens do rio Japurá estavam livres de grupos indígenas e abandonadas pelas antigas hordas de seringueiros.

Ocupando estes vazios demográficos, os Maku Nadêb, conhecidos na época como Wariwa-Tapuio ou Maku Brabos, passaram a fazer suas aparições nos raros sítios existentes. Expedições punitivas lograram refluir os Nadêb para o interflúvio dos rios Negro e Japurá. A partir de 1920 os Nadêb foram perdendo seu caráter de brabo. Atualmente eles ocupam as A.I. Paranã Boa-Boá, Uneiuxi e Urubaxi.

483

4. PERÍDO CONTEMPORÂNEO

O fim do primeiro ciclo da borracha significou um período de estagnação econômica para a área do Apaporis. A fundação de Vila Bitencourt em 1933, na confluência dos rios Apaporis e Japurá e a instalação de um Pelotão de Fronteira em 1937 não alteraram o estado de estagnação.

A segunda Grande Guerra, porém, revitalizou o extrativismo da borracha e novas hostes de seringueiros retornam aos rios Japurá e Apaporis, indo até o rio Traíra. Em 1940, eclodiu uma epidemia de sarampo no Apaporis provocando grandes perdas entre a população indígena, principalmente entre os Tuyuka que moravam às margens do rio Traíra. Os Yuhup (Maku) que também moravam na área, foram atingidos. Desde então os Yuhup, com um padrão de habitação disperso, passaram a ser maioriana região, passando a frequentar livremente as margens do Traíra e Apaporis, estabelecendo-se no Japurá. Testemunho dos militares atestam que o local onde é hoje a pista de pouso de Vila Bitencourt sedevava, em 1950, uma aldeia Yuhup. Por solicitação dos militares os índios teriam se transferido para a foz do Igarapé Preguiça, cerca de 6km à montante do rio Apaporis.

Em 1960, os Yuhup se distribuíam em três aldeias: uma na foz do Preguiça, uma à beira do Traíra, próximo à Cachoeira das Andorinhas, e uma outra à beira do Igarapé Castanho, tributário do Traíra.

5. A CORRIDA DO OUTRO E A EXCLUSÃO DOS MAKU

Em 1979 a FUNAI fez uma proposta de 1.020.000 ha para a área de Pari-Cachoeira (Portaria 546/N de 29/07/79), que excluía a área indígena do Apaporis, apesar do estreito laço que mantém unidos os índios dessas duas áreas.

Em 1983, com a descoberta de jazidas de ouro na Serra do Traíra, novas ondas invasoras começaram a percorrer a região. Para resolver o problema da exploração ilegal do ouro em terra indígena a FUNAI organizou um outro Grupo de Trabalho (Portaria 1892/E de 19/5/1985), que propôs a inclusão da Serra do Traíra e seu entorno na área indígena de Pari-Cachoeira, com uma dimensão de 1.418.000 ha. A instalação de Empresas mineradoras Paranapanema e Gold Amazon em agosto de 1985, na Serra do Traíra, acirrou os conflitos, envolvendo então os Tukano, os garimpeiros e as duas empresas. Obtendo concessões de sua concorrente, a Paranapanema passou a ter o controle exclusivo da região. Constituiu uma milícia privada e logrou expulsar os garimpeiros. Obteve apoio do Conselho de Segurança Nacional, sob a alegação de que a presença da Empresa afastaria a presença, em território nacional, dos guerrilheiros colombianos e da máfia da cocaína. Neste período, rumores indicavam a ocorrência de um massacre de 60 índios, que teria ocorrido na Serra do Traíra, em janeiro de 1986. Neste sentido, a FUNAI enviou um novo Grupo de Trabalho à região (Portaria 2003, de 17/1/1986 e 2018, de 4/3/1986), que propôs incluir na área indígena de Pari-Cachoeira não somente a Serra do Traíra, afirmando ser território tradicional dos Maku como também a margem esquerda do Traíra e do Apaporis, com todos os tributários brasileiros de ambos os rios, além das cabeceiras dos rios Marié e Curicuriári. Com isto, a área de Pari-Cachoeira passava a ter 2.069.000 ha. Esta proposta tampouco foi concretizada. Sobrepos-se a ela uma outra, vinda das lideranças Tukano de Pari-Cachoeira que, em "acordo de honra" com a Paranapanema, concordaram em fixar a área em 1.152.000 ha, deixando fora os rios Traíra e Apaporis bem como as cabeceiras do Marié e do Curicuriári.

As atividades do Projeto Calha Norte resultaram em mais um decréscimo territorial na A.I. de Pari-Cachoeira. Foram criadas três áreas descontínuas Pari-Cachoeira I, Pari-Cachoeira II e Pari-Cachoeira III perfazendo um total de 480.000 ha, cerca de 1.600.000 ha a menos do que a proposta contida na proposta feita em 1986. Estas três áreas passaram a ser "Colônias Indígenas", figura fundiária criada no âmbito do projeto Calha Norte para designar as terras indígenas ocupadas por índios "aculturados". Pelo Projeto Calha Norte os índios "aculturados" podiam participar de um programa de rápida assimilação econômica (Decretos 94.945 e 94.946, ambos de 1987). A Constituição de 1988 forneceu as bases para a rejeição da figura "Colônia Indígena", eliminando também a distinção entre "índios aculturados" e "índios não aculturados". Disso resultou a revogação das "Colônias Indígenas" (Decreto Interministerial de 20/11/89) de Pari-Cachoeira I, II e III, passando a ser Área Indígena. Ficou fora desta proposta a Área Indígena do Apaporis.

Baseados no artigo 129 da Nova Constituição as lideranças indígenas de Pari-Cachoeira reivindicaram junto ao Ministério Público a urgente demarcação de uma área indígena única e contínua do Alto Rio Negro, com uma extensão de 8.150.000 ha. Em 1992, a FUNAI manifestou-se favorável à proposta, porém o processo se encontra retido no Ministério da Justiça, devido à pressões exercidas principalmente por setores militares e pelo Governo do Estado do Amazonas. A região do Apaporis permaneceu excluída desta proposta.

6. PROBLEMAS ATUAIS

A falta de definição dos direitos territoriais dos índios do Apaporis tem contribuído para agravar o peso dessas ameaças que rondam a área. Com a saída da Paranapanema, em fevereiro de 1990, da área, a vaga de garimpeiros brasileiros e colombianos começaram a invadir a área. Em maio do mesmo ano militares brasileiros invadem o Garimpo Tukano, nas imediações da antiga base da Paranapanema identificando falsamente índios com forasteiros da Colômbia. Os maku do Apaporis que caçavam no local foram também atingidos pelos militares e expulsos da área. O desmembramento da AI Pari-Cachoeira em três áreas distintas e menores do que a proposta original excluiu a margem brasileira dos vales do Apaporis e do Traíra. Por essa razão a antiga área da Paranapanema continuou sendo reivindicada pelos interessados na exploração aurífera. Atualmente há um grande garimpo na base com 9 dragas e cerca de 800 homens, sendo a metade colombianos. A concessão teria sido requerida junto ao DNPM por José Altino Machado. O "garimpo de José Altino" constitui uma porta de entrada para toda espécie de aventureiros no país. A forma correta de proteger esses territórios fronteiriços é a delimitação e a demarcação das áreas indígenas nelas existentes. Uma vez que pertencem à União, as áreas indígenas se constituem em dupla garantia para a proteção das fronteiras: primeiro porque fronteiras são áreas de segurança nacional; segundo, porque sendo ao mesmo tempo áreas indígenas, não se pode aliená-las.

7. OS POVOS INDÍGENAS DO RIO APAPORIS

A área do Apaporis brasileiro é habitada exclusivamente por índios. Os poucos brancos existentes casaram-se com mulheres indígenas e moram fora da área, não apresentando qualquer pretensão territorial. Não existem seringueiros, madeireiros ou qualquer espécie de posseiro não indígena. Os garimpeiros existentes encontram-se à montante da área, em um trecho que deveria fazer parte da Al Pari-Cachoeira se esta não tivesse sido recortada em três áreas menores. Houve, na área em questão, uma tentativa por parte do Governo do Amazonas - ITERAM - de colonização do Apaporis. Trinta e três famílias de Goiânia foram assentadas entre os igarapés Piranha e Preguiça, com lotes de cem ha. O projeto de colonização fracassou em virtude da má qualidade da terra, falta de um mercado para escoar a produção e devido a uma enchente que alagou os lotes, afungentando os colonos.

A população atual é de 131 índios, dos quais 100 são Yuhup (Maku), 12 Tukano, 10 Yepã Mahsã, 8 Tuyuka, 1 Desana. Somando-se ainda os filhos de três casamentos mistos (mulheres indígenas e homens brancos) a população indígena se eleva para 138. Os usuários indígenas desse território são mais numerosos pois existem famílias Tukano, Tuyuka e Maku na localidade colombiana de Cacuri que visitam frequentemente os parentes brasileiros. Existem ainda cerca de 70 Yuhup no Igarapé Espinho, também na Colômbia, em constante interação com os Yuhup do Apaporis. Finalmente a transumância indígena entre as áreas de Pari-Cachoeira e a do Apaporis eleva este número para 300 usuários da área.

Os Yuhup, como outros grupos Maku, são povos que vivem preferencialmente no interior da floresta. Embora os Yuhup do Apaporis estejam localizados às margens de um rio caudaloso, mantêm seu padrão de povo caçador e coletor. Mantêm também relações de troca com os índios do rio, relações estas características do campo de interação destes povos. Os Yuhup não trabalham com patrões brancos mantendo sua autonomia como povo semi-nômade. Atualmente moram em três aldeias: Pedn Bók (São Francisco), Pahay Mi (Igarapé Jatuarana) e Pan Mi (Igarapé Preguiça). Aspectos importantes da cultura Maku encontram-se em pleno vigor entre os Yuhup do Apaporis, como a distribuição dos grupos domésticos em torno da fogueira, a terminologia dravidiana de parentesco, além de falarem muito o português. Praticam o ritual do Jurupari, respeitando seus cânone tradicionais.

Os índios da família linguística Tukano somam 31 indivíduos e estão distribuídos entre os povoados de São Francisco (Maku), aldeia do Jatuarana, do Preguiça e em Vila Bitencourt. Vivem da pesca, do cultivo da mandioca. Eventualmente trabalham para brancos em Vila Bitencourt e/ou no garimpo do rio Traíra. Essas atividades não constituem a base para sua sobrevivência. A especificidade sociológica do Apaporis em relação ao Alto Rio Negro se caracteriza por estarem os Tukano em menor número e por se casarem com Maku, algo percebido no Alto Rio Negro como aberração, quase uma forma de zoofilia. Aos olhos dos Tukano os Maku são povos inferiores sendo o casamento entre eles considerado abominável. O casamento entre homem Tukano e mulher Maku é aceitável dada a descendência ser patrilinear. A maioria numérica dos Maku imprimiu uma forma diversa de relacionamento entre as duas etnias. Isto se reflete até mesmo nos fenômenos linguísticos. No Rio Negro, os Tukano se orgulham de não entenderem as línguas Maku. No Apaporis eles aprenderam a falar o Yuhup.

Há, entre as áreas do Apaporis e Alto Rio Negro, um corredor cultural ligando as respectivas áreas. Os caminhos que ligam as duas áreas são muitos e variados conforme atestou Koch-Grumberg em 1905 que, percorrendo a região, encontrou vários grupos Tukano e Maku no percurso. Existem laços especiais ligando a população do Apaporis aos de Pari-Cachoeira I e II, onde se constata uma migração intensa entre as três áreas. As três áreas compõem um único sistema sócio-espacial.

8. CONCLUSÃO

Em face das considerações anteriores, proponho que sejam os autos encaminhados à consideração do Senhor Ministro da Justiça, com a maior urgência possível, visando assim a declaração desse território indígena.

ISA MARIA PACHECO ROGEDO

DESPACHO Nº 38, DE 19 DE AGOSTO DE 1994

Assunto: Processo FUNAI/BSB/1563/94. Referência: Área Indígena RIO APAPORIS. Interessados: Grupos Indígenas Yuhup (Maku), Tukano, Desana, Tuyuka, Yepã Mahsa. EMENTA: Aprova o relatório de delimitação da Área Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1563/94 e considerando o Parecer nº 108/DID/DAF/94, de autoria da Antropóloga Isa Maria Pacheco Rogedo que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado Parecer para a final, reconhecer os estudos e adequações à delimitação da Área Indígena RIO APAPORIS, de ocupação dos respectivos grupos tribais Yuhup (Maku), Tukano, Desana, Tuyuka e Yepã Mahsa, com a superfície e perímetro aprovados de 113.200 ha e 150 km respectivamente, localizada no Município de Japurá, Estado do Amazonas.

2. Determinar a publicação no DOU do Parecer, Memorial Descritivo e Despacho, na conformidade do Art. 2º, § 7º do Decreto nº 22/91.

3. Encaminhar o respectivo processo de demarcação ao Ministério da Justiça, acompanhado da Minuta de Portaria Declaratória, para a aprovação.

DINARTE NOBRE DE MADEIRO.

6 ADIEM

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

DENOMINAÇÃO
ÁREA INDÍGENA RIO APAPORIS

GRUPOS INDÍGENAS
YUHUP (Maku), TUKANO, DESANA, TUYUKA, YEPÁ MAHSÁ

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: JAPURÁ

ESTADO:AMAZONAS

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	00°57'00" S	69°09'10" WGr.
LESTE	01°10'50" S	69°03'00" WGr.
SUL	01°21'57" S	69°23'40" WGr.
OESTE	01°05'06" S	69°24'47" WGr.

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
MIR-40,53,54,55,56,70	1:250.000	RADAM	1975

DIMENSÕES

ÁREA: 113.200 ha (cento e treze mil e duzentos hectares) aproximadamente.

PERÍMETRO: 150 km (cento e cinquenta quilômetros) aproximadamente

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

NORTE: Partindo do ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 01°05'06"S e 69°24'47"WGr., na margem esquerda do rio Apaporis na fronteira do Brasil com a Colômbia. Daí, segue em linha reta, até o ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 00°57'00"S e 69°09'10"WGr., no alto rio Marié.

LESTE: Daí, segue por este à jusante, até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 01°10'50"S e 69°03'00"WGr., na foz do Igarapé Trabalho.

SUL: Daí, segue por este à montante, até o ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 01°11'50"S e 69°10'35"WGr., na confluência de um igarapé sem denominação. Daí, segue por este à montante, até sua cabeceira, no ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 01°14'50"S e 69°13'35"WGr. Daí, segue em linha reta, até o ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 01°15'00"S e 69°13'18"WGr., na cabeceira do Igarapé Preguiça. Daí, segue por este à jusante, até sua foz no rio Apaporis, no ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 01°21'57"S e 69°23'40"WGr.

OESTE: Daí, segue por este à montante, até o ponto 01, início da descrição deste perímetro. Técnico Responsável: ORISON LEITE RAMALHO -CREA nº 1830/TD.

(Of. nº 95/94)